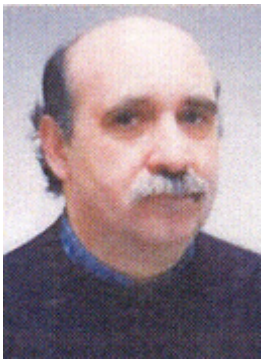
A Batalha de Torres Vedras - 22 de Dezembro de 1846

Mestre
Venerando António Aspra Matos



Introdução

Neste texto relembra-se um acontecimento sobre o qual se passaram 160 anos em 22 de Dezembro: a Batalha de Torres Vedras, um dos combates decisivos da chamada "Patuleia".

Esse confronto militar entre duas facções do liberalismo português ocorreu no dia 22 de Dezembro de 1846. Foi esta a única ocasião em que o principal forte da Linhas de Torres, o forte de S. Vicente, cuja localização junto à então vila de Torres Vedras contribuiu para baptizar aquele sistema militar de resistência às tropas napoleónicas, foi posto à prova num confronto militar directo.

Com base num conjunto de fontes coevas, todas publicadas, é possível reconstituir, quase em termos jornalísticos, não só os preparativos para a Batalha, mas também o modo como esta decorreu e as suas consequências.

O Contexto político português em 1846

Em 15 de Abril de 1846 teve início, no Minho (Póvoa de Lanhoso), a chamada revolta da "Maria da Fonte", para protestar contra os enterramentos fora das Igrejas e o pagamento da décima. Esse movimento popular generalizou-se ao Norte do país e foi aproveitado politicamente, quer pela chamada "esquerda" liberal, os "setembristas", quer pela "direita" miguelista.

Um pouco por todo o país formaram-se juntas revolucionárias exigindo o derrube do governo dos "Cabrais" e do Duque da Terceira.

"Toda a oposição saudou [a Maria da Fonte] como um pronunciamento nacional, apartidário, expressivo do ódio votado por uma nação inteira à tirania exercida por uma minúscula facção"[1].

Em 20 de Maio, a rainha (D. Maria II) exonerou o governo "cabralista" e nomeou outro presidido pelo Duque de Palmela. Os "Cabrais" exilaram-se em Espanha.

No fundo, os "setembristas", momentaneamente vitoriosos, pretendiam "uma constituição menos monárquica, mais democrática"[2], ou seja: a diminuição dos poderes não electivos do Estado; a restrição das prerrogativas reais; a sujeição do executivo a rigorosa fiscalização parlamentar.

Uma das primeiras medidas do novo governo foi a publicação do decreto de 27 de Maio, convocando eleições directas para as cortes, com poderes de revisão constitucional.

Contudo, na noite de 6 de Outubro, cinco dias antes da data prevista para a eleição dos deputados, a rainha chamou ao paço o Duque de Palmela, obrigou-o a demitir-se e colocou à frente do governo o Duque de Saldanha.

Saldanha tinha o apoio dos "cartistas moderados" e pretendia reconciliar a "família portuguesa".

Na sua proclamação ao exército "reconhecia à insurreição da Maria da Fonte a dignidade de um "movimento popular" em que apenas lhe mereciam críticas os "excessos ao qual ele serviu posteriormente de origem ou de pretexto". Mas, quanto aos "acontecimentos e às reivindicações dos "povos", havia que "reconhecê-los e respeitá-los"[3].

Como sinal de apaziguamento "ofereceu ao Conde de Bonfim a continuação no comando da 1ª divisão do exército, e ao Conde das Antas o das províncias do Norte"[4], oferta que estes recusaram.

Para os "setembristas" o 6 de Outubro tinha sido um golpe de estado, à revelia das cortes e a 9 de Outubro a Junta do Porto, presidida pelo Conde das Antas, auto-proclamou-se "Junta Provisória do Governo Superior do Reino" e declarou guerra ao Governo de Lisboa.

Um pouco por todo o país surgiram pronunciamentos a favor da Junta do Porto. À volta de Lisboa (Sintra, Belas, Óbidos...) estalaram várias sublevações populares iniciando-se assim a chamada "Patuleia".

Torres Vedras no "centro do furacão"

A razão do envolvimento da região de Torres Vedras num dos episódios mais marcantes da Patuleia ficou a dever-se, não só à importância estratégica dessa localidade na defesa terrestre de Lisboa, mas também pelo apoio local à "Patuleia".

Do ponto de vista militar é sobejamente conhecida a importância de Torres Vedras, pelo

menos desde a época muçulmana. D. Afonso Henriques só após a conquista de Lisboa ganhou força para se abalançar na conquista dos "castelos" a norte de Lisboa, entre os quais estava Torres Vedras, então talvez uma mera "Torre" defensiva no cruzamento de várias vias, de origem romana, que ligavam o norte e litoral da "península de Lisboa" a esta importante cidade. Por várias ocasiões, ao longo da nossa história nacional, revelou-se a importância estratégica da sua localização, como aconteceu na "Revolução de 1383-1385" ou quando o cardeal D. António e os seus aliados ingleses procuraram resistir ao domínio filipino.

Mas foi pelo papel desempenhado no sistema defensivo construído entre 1809 e 1812 para defender Lisboa das tropas de francesas na Guerra Peninsular que a região de Torres Vedras ficou famosa. O controle militar de Torres Vedras e dos fortes da região era a partir de então essencial para dominar a capital, situação que só se tornou estrategicamente irrelevante na segunda metade do século XX.

Por sua vez, a situação política em Torres Vedras, nomeadamente a adesão por uma parte das suas elites à insurreição da "Patuleia", foi importante no apoio logístico ao exército insurrecto, que decidiu escolher este lugar para o confronto decisivo em relação ao controle de Lisboa.

Quando se deu a "revolta da Maria da Fonte", a Câmara torriense, em funções desde 4 de Janeiro de 1845, era presidida por Francisco Tavares de Medeiros.

Então com 54 anos, o Presidente da Câmara de Torres Vedras era um "liberal" da "velha guarda": primeiro Procurador do concelho após a revolução liberal de 1820, foi daqueles que, aparentemente, nunca pactuou com o "miguelismo", só voltando à actividade política local em 1833, como um dos 64 subscritores da aclamação da "legítima soberana" [D. Maria II] assinada em Torres Vedras em 31 de Julho de 1833. Primeiro Procurador do concelho, após a vitória liberal sobre o "miguelismo", foi vereador na primeira Câmara eleita em 1834, cargo que voltou a exercer em pleno "setembrismo".

Foi esse Presidente da Câmara que, no dia 25 de Maio de 1846, cinco dias depois da subida ao poder do "governo Palmela", presidiu ao "Auto de Proclamação" de adesão "aos princípios do Grito Nacional, principiado na Província do Minho contra o sistema governativo do Ministério Cabral; e bem assim protestaram não mais obedecer à sua ordem"[5].

Cento e noventa e oito cidadãos torrienses subscreveram essa proclamação, entre eles quase todos os membros da "Câmara cabralista" e o próprio administrador do concelho, entretanto demitido.

Na mesma sessão camarária onde se realizou aquela proclamação foi igualmente nomeada uma "Junta" provisória presidida pelo Dr Francisco Maria de Carvalho, advogado da vila, apenas com 27 anos, até então sem passado político conhecido.

Esta Junta, formada por sete elementos, entre os quais o futuro Visconde de Balsemão, registava algumas significativas diferenças, comparativamente com a elite camarária que estava então no poder, a saber: era formada por pessoas mais "ilustres" e com mais "formação"; era maioritariamente constituída por profissionais liberais e administrativos; tinha menor experiência política; era ligeiramente mais "urbana".

A nomeação desta Junta não teve por objectivo substituir a Câmara Municipal, pois esta continuou em funções, embora sob supervisão da Junta.

Ainda nessa sessão foi nomeado um novo administrador do concelho, Maurício José da Silva.

Maurício José da Silva era "cirurgião" em Torres Vedras, membro do tribunal de polícia, com simpatias "setembristas".

O seu carácter virulento fez dele a figura local mais conhecida da "Patuleia".

Contudo, chegado ao poder, o "Governo Palmela" depressa procurou desarmar as juntas que se tinham formado um pouco por todo o país.

Segundo Oliveira Martins, em meados de Junho já todas as juntas tinham sido dissolvidas.

A última referência que conhecemos à Junta de Torres Vedras data de 6 de Junho, quando a Câmara reuniu para tomar conhecimento de um ofício que lhe tinha sido enviado pela "Junta Governativa deste concelho", datada de 26 de Maio, participando a sua decisão de este executivo continuar a exercer as suas "attribuições debaixo da inspecção da Junta". A Câmara decidiu que se oficiasse "a respeito, agradecendo o conceito que a câmara merecia da mesma Junta".

Se da Junta de Torres Vedras não mais voltamos a ter notícias, tendo provavelmente seguido o destino das restantes juntas do país, já do administrador Maurício José da Silva voltamos a ter notícias em 28 de Julho, data em que compareceu à sessão extraordinária da câmara torriense em funções, para a dissolver e nomear e dar posse aos vogais de uma comissão municipal que devia manter-se em funções até à realização das eleições municipais, marcadas para 27 de Setembro.

Para presidir a essa comissão foi nomeado o Dr Francisco Maria de Carvalho que tinha sido o presidente da Junta Revolucionária, embora fosse o único membro dessa Junta a fazer parte de tal comissão.

A 27 de Setembro realizam-se eleições municipais.

Em Torres Vedras esse acto eleitoral teve lugar numa única assembleia eleitoral, instalada na Igreja de S. Pedro e aberta durante duas horas, para nela votarem os eleitores de cada uma das vinte freguesias do concelho.

Nestas condições não será de admirar que apenas 106 eleitores tenham exercido o seu direito de voto.

Sendo o voto nominal, para a Câmara Municipal o mais votado foi o Doutor José Eduardo César, com 106 votos.

José Eduardo César era homem letrado e proprietário, vivia na Quinta da Marinha, junto ao Varatojo e tinha 51 anos. Foi, quanto a nós, o autor da descrição anónima da Batalha de Torres Vedras, da qual se falará mais adiante. Era já então um político experiente, conotado com o "miguelismo". Durante o "setembrismo" tinha sido por duas vezes eleito vereador substituto, chegando a exercer funções de vereador efectivo. Em 1839 pertenceu à comissão administrativa que iniciou, em termos locais, a caminhada para o "cabralismo".

A Câmara eleita era dominada por vereadores com ligações, no passado, ao "miguelismo".

Contudo, apesar de eleita, esta Câmara nunca chegou a tomar posse. É que, entretanto, o panorama político nacional voltou a mudar, com a substituição do governo de Palmela pelo chefiado por Saldanha, desencadeando, com já vimos, a "Patuleia".

Segundo Fátima Bonifácio, o governo de Saldanha, pelo menos inicialmente, controlava as tradicionais defesas estratégicas de Lisboa: "Torres Vedras, Santarém, Tomar, Abrantes e Castelo Branco"[6].

Estas alterações políticas e as possíveis divergências políticas entre a Comissão Administrativa da Câmara de Torres Vedras e a nova Câmara eleita, num quadro político local ainda mal esclarecido, estiveram na origem desta última nunca ter chegado a tomar posse, pelo que se manteve em funções aquela comissão administrativa, favorável à "Patuleia", até à Batalha de Torres Vedras.

No dia 23 de Novembro, Anselmo José Braamcamp, "Governador interino de Lisboa", enviou um ofício à comissão administrativa insistindo na tomada de posse da Câmara eleita, recusando-se a aceitar os protestos que tinham sido enviados sobre a legalidade do acto eleitoral pois, segundo ele, "tendo examinado o acto de elleição da Câmara Municipal" de Torres Vedras "e mais documentos", não encontrou "n'elles nullidade alguma que viciasse o acto a que se procedeu", cumprindo-lhe portanto "approvar a dita eleição".

Sendo assim, expedia as ordens necessárias para que no dia de "amanhã" [24 de Novembro] se reunissem os membros eleitos para prestarem juramento e tomarem posse da Câmara[7].

Em acta de 28 de Novembro, onde se divulgou aquele ofício, a comissão municipal,

tomando conhecimento, nada decidiu no sentido de dar seguimento às ordens de Anselmo José Braamcamp.

Esclareça-se, a propósito, que, após 6 de Outubro, se formaram dois poderes paralelos em relação ao controle do Governo Civil de Lisboa. Logo nos primeiros dias de Outubro foi nomeado pelo Governo Central para Governador Civil de Lisboa o Marquês de Fronteira, enquanto a Junta do Porto nomeou para o mesmo cargo Anselmo José Braamcamp. Este, juntamente "com o conde de Vila Real e outros", andava pelo distrito, de terra em terra "aliciando sectários, fomentando a revolta"[8].

Em termos locais também não era muito claro quem era o administrador do concelho. O novo governo deve ter-se apressado a substituir Maurício José da Silva, mas só voltamos a ouvir falar nesse cargo em 13 de Dezembro a propósito da demissão daquele que, nessa data, exercia tais funções, Ignácio Ferreira Campelo.

Para o substituir no cargo de Administrador do Concelho foi nomeado, nessa data de 13 de Dezembro, José Hippolyto d'Almeida, de fora do concelho, funções que só assumiu após a Batalha de Torres Vedras sendo até lá interinamente substituído por João Ferreira Rijo.

Apesar deste quadro político algo confuso, tudo parece indicar que os apoiantes do "partido patuleia", mantinham o controle político de Torres Vedras em Dezembro de 1846.

Nas vésperas da Batalha de Torres Vedras

Em 7 de Novembro Saldanha sai de Lisboa à frente de diversos corpos de infantaria e cavalaria a caminho de Santarém, para preparar a defesa da capital, estabelecendo o seu quartel-general no Cartaxo.

Seguiu-se um período em que tentou negociar com os lideres do exército da Junta, nomeadamente com Antas e Mouzinho de Albuquerque, entretanto estacionados em Santarém.

Contudo, em Dezembro, a situação agravou-se para o lado do governo, com guerrilhas a proliferarem por toda a Estremadura, de Sintra a Alcobaça e Nazaré.

Ao mesmo tempo as tropas da Junta começaram a movimentar-se, naquilo que se adivinhou ser um movimento concertado para atacar Lisboa.

A sul o Conde Melo sai de Évora para a zona de Setúbal.

A norte Bonfim e Mouzinho deslocam-se de Santarém para Leiria onde chegam a 11 de Dezembro e se juntam ao conde de Vila Real.

De Leiria, Bonfim e Mouzinho iniciam, em 13 de Dezembro, a deslocação das suas tropas a caminho de Torres Vedras, local estrategicamente importante por causa das Linhas de Torres.

De 19 de Dezembro ao dia da Batalha de Torres Vedras (22 de Dezembro), com base em diversos documento, referidos na bibliografia, é possível seguir o percurso das tropas adversárias:
• 19 de Dezembro (Sábado).
Quase ao mesmo tempo, Saldanha e Antas abandonam as posições que mantinham respectivamente no Cartaxo e em Santarém.
Saldanha desloca-se em direcção a Torres Vedras para tentar cortar a marcha do exército da Junta sobre a capital. No fim do dia a vanguarda das suas tropas pernoita em Tagarro e no Cercal.
Nesse mesmo dia o Conde das Antas sai com as suas forças de Santarém a caminho de Rio Maior, "presumivelmente para se juntar a Bonfim"[9].
Ainda nesse dia o Conde de Bonfim chega a Torres Vedras com a sua divisão de 140 cavalos, alguns guerrilheiros de infantaria "batalhões organizados do povo que", no parecer de José Eduardo César, eram de "pouca valia", e alguns bons "batalhões de linha"[10].
• 20 de Dezembro (Domingo).
Neste dia, à tarde, as tropas de Saldanha continuam a sua marcha, acampando no Cadaval.
O Conde das Antas ocupa Rio Maior.
Em Torres Vedras Bonfim, juntamente com Mouzinho, visita os arrabaldes da vila e escolhe as posições e a colocação das tropas[11], enquanto chega o resto do seu exército[12].
• 21 de Dezembro (Segunda-feira).
As tropas de Saldanha chegam ao "Ameal", uma légua a norte de Torres Vedras.
Em Torres Vedras as tropas de Bonfim começam a tomar posições no Castelo e nos fortes em redor da vila.
Antas retarda a sua marcha, mantendo-se em Rio Maior.

O dia da Batalha

Durante a madrugada dessa Terça-feira 22 de Dezembro Bonfim completou o posicionamento das suas tropas:

- No Forte de S. Vicente posicionaram-se o Batalhão de Caçadores Nº 6 e Nº 2 e 200 homens do comando do Conde de Vila Real, D. Fernando, e muita guerrilha;

- No Forte da Forca: 80 homens de Infantaria Nº 2;

- Junto à Capela de S. João (actual cemitério): o Batalhão de Caçadores Nº 5, para defender a direita (nordeste) dessa capela;

- Em frente desta posição, sobre a estrada de Runa: 90 homens sob o comando do Capitão Mendonça;

- Para defesa desta posição: 100 homens de Infantaria Nº 14;

- Nas proximidades da ponte sobre a estrada que conduz ao Ramalhal: o Esquadrão do Regimento provisório do Porto;

- Nas avenidas que conduzem da vila a essa ponte: o Batalhão de Viseu;

- Para a defesa da direita da linha foi encarregue o General Celestino;

- Defesa do Castelo: ficou sob a direcção de Mouzinho de Albuquerque. No castelo foram colocadas 2 bocas de fogo e instalou-se o grosso dos Regimentos de infantaria Nºs. 2, 6 e 14;

- Estradas de Mafra e Cabeço de Montachique: foram colocados vigias[13].

O total das forças de Bonfim em Torres Vedras estimaram-se em cerca de 4 000 homens, 200 a 300 cavalos e 2 bocas de fogo de artilharia.

O dia 22 de Dezembro amanheceu "muito chuvoso tendo chovido toda a noite de sorte que o Sizandro estava cheio e em algumas partes a deitar por fora"[14] estando a zona coberta de um nevoeiro cerrado.

Pelas "10 [horas] avistaram-se as avançadas do inimigo no pinhal que fica sobre a estrada das Caldas (…) corremos à posição, e na realidade verificámos o estar já uma força considerável no dito Pinhal. Meu pai [Mouzinho], persuadido como todos, da proximidade do Conde das Antas, mandou fazer um tiro de obus, para avisar que o combate se ia engajar"[15].

O Conde de Bonfim confirma essa situação: "das 10 ½ para as 11 [horas] se apresentou o inimigo com suas colunas de ataque, que, em consequência da grande neblina e escuridão do dia apenas foram vistos já muito próximos".

Inicia-se então o combate, com as tropas de Bonfim a abrirem fogo "causando grande estrago e perda ao inimigo"[16].

As forças de Saldanha estimavam-se em 6 ou 7 mil homens, 600 a 800 cavalos e 16 bocas de artilharia[17].

Ao longe, na encosta do Varatojo, sem visibilidade por causa do nevoeiro, José Eduardo César ouviu, "seriam onze horas, pouco antes", tiros dispersos para o lado do forte de S. Vicente e "Amiaes" (capela do Amial).

Saldanha indica as 11H15 da manhã como a hora do início das hostilidades "rompendo os rebeldes o fogo".

Menos de uma hora depois do início da Batalha (que durou cerca de 7 horas), deu-se um acontecimento decisivo para o seu desfecho: a conquista do Forte de S. Vicente.

José Eduardo César apercebeu-se, por volta do meio-dia, que as forças de Saldanha tomaram o forte, pelos "vivas à Carta" que ouviu do seu ponto de observação.

José Diogo Mouzinho de Albuquerque registou, por seu lado, que "o forte de S. Vicente foi o ponto sobre o qual o Saldanha concentrou mais os seus esforços, no ataque do qual empregou a maior parte da sua infantaria".

O ataque apanhou de surpresa os defensores do forte, não só por causa do nevoeiro, mas também, ao que parece, por traição dos Caçadores Nº 8 que primeiro deram a entender que se passavam para a Junta e depois, já dentro do forte, revelaram as suas verdadeiras intenções.

O resto das tropas de Bonfim ficou igualmente surpreendida com esse desfecho porque não conseguia ver, do Castelo, a força desse ataque, "pois a maior parte do ataque era pelo lado oposto ao Castelo"[18].

Sobre este episódio, Saldanha limitou-se a enaltecer as suas tropas da 1ª Brigada (Regimentos Nº 8 e Nº 10) que, "à baioneta", conseguiram conquistas aquele reduto, sustentando "por muito tempo a peito descoberto um fogo de frente"[19].

Há quem aponte outras causas para a facilidade com que Saldanha conquistou aquele importante reduto das Linhas de Torres: a falta de uma defesa eficaz; as fragilidades defensivas daquele reduto e das próprias Linhas que, apesar da fama que tinham obtido durante o período das invasões francesas, eram apontadas por alguns críticos; a traição, esta de tradição popular, que tinha partido de alguns populares que aprisionaram um mensageiro de Bonfim para Antas que tinha consigo o plano das posições ocupadas no forte, plano esse entregue a Saldanha em troca de alguns favores.

Mas a conquista do forte não foi o fim da Batalha. Segundo Bonfim, a conquista do forte, "posto que desastroso, não diminuiu o ardor das tropas" que tinha "a honra de comandar"[20].

Pelo contrário, os combates intensificaram-se junto ao Forte da Forca, ao Sarge e às Fontainhas.

Com o aproximar da noite, isto é, por volta das 4 horas da tarde, deu-se uma nova tentativa de reconquistar o Forte de S. Vicente por uma força da Infantaria Nº 2 e pelo Batalhão de Viseu, "protegidos pelos bem acertados tiros da nossa artilharia (...) mas

havendo-se observado a força inimiga, que então defendia e protegia aquele forte, vi [Bonfim] que era impraticavel sem grave perda e ordenei que o ataque não progredisse". Apesar disso "o inimigo [Saldanha] foi obrigado (...) a recuar muito sobre a estrada do Ramalhal"[21].

Intensificaram-se então os combates junto ao adro da Igreja do Amial. A violência destes combates e a mortandade por eles causados parece estar na origem da edificação da chamada "cruz das almas", existente a norte daquela capela.

Contudo, essa posição tornou-se insustentável com o aproximar da noite por falharem os reforços esperados das tropas do Conde das Antas.

Por volta das 3 horas da tarde o nevoeiro começou a abrir, permitindo a José Eduardo César ver todo o campo de batalha "que se estendia por todas as iminencias, principalmente pouco depois a ver que se aproximavam das pontes e avançavam pela vila debaixo de um fogo que horrorizava, vendo-se distintamente cair cavalos e cavaleiros e choverem as balas em todas as direcções".

Colocada na Serra da Almofala, a artilharia de Saldanha lançava vários projécteis sobre a vila.

Foi ao observar, do parapeito do Castelo, o fogo do forte sobre a cavalaria que se batia pela defesa das pontes de acesso à vila, eram uma 4 horas da tarde, que Luís Mouzinho de Albuquerque, atingido por uma saraivada de balas, ficou gravemente ferido.

A notícia deste acontecimento, chegando às tropas de Bonfim, contribuiu para espalhar entre elas a desmoralização e o desalento.

Ao cair da noite, seriam umas 5 horas, embora ainda não tivesse iniciado a ocupação da vila, as tropas de Saldanha já ocupavam toda a direita do rio Sizandro, continuando apenas a resistir o Forte da Forca. Sobre o desfecho desta posição conhecem-se duas versões: para Saldanha os seus ocupantes renderam-se mais tarde; segundo José Eduardo César, eles nunca se renderam e só o abandonaram durante a noite, ao saberem que as tropas governamentais haviam entrado na vila.

Foi então que as tropas de Saldanha começaram a entrar na vila, pela Ponte do Rei, "de sorte que estiveram a entrar toda a noite, noite de horrorosa recordação para os moradores da vila, todas as portas eram arrombadas indistintamente, todas as casas roubadas"[22].

Primeiro entraram os Granadeiros da rainha, uma força de Cavalaria Nº 3 e os Lanceiros da rainha e, mais tarde, a 4ª Brigada.

As forças de Bonfim refugiaram-se no Castelo, incluindo 220 cavalos, 900 soldados de infantaria, 400 "caçadores", 220 civis e guerrilheiros e o corpo de artilharia.

Para José Eduardo César, a "batalha foi perdida por culpa" de Bonfim que "abandonando os seus soldados meteu-se no Castelo": "o ir-se meter no Castello, onde nada tinha, nem pão, nem água, podendo até ainda dali sair de noite, ou ao menos a cavalaria, para o lado da ponte do Alpilhão, em direitura ao Varatojo, lado que lhe ficou todo aberto até ao dia seguinte".

Dentro do castelo essa noite foi dramática, marcada pela agonia de Luís Mouzinho de Albuquerque que, ferido, foi transportado para o hospital de sangue, instalado na Igreja de Stª Maria, onde ficou entregue aos cirurgiões "que lhe puseram o aparelho, sangraram-no e deitaram-no n'uma maca de campanha", levando-o depois "para uma pequena casa térrea de baixo do trono de altar, húmido e baixo". Aqui passou toda a noite "sem socorro de qualidade alguma, pois não havia onde aquecer água"[23].

Entretanto, as tropas de Saldanha tomaram todas as "avenidas" que conduziam ao Castelo, cortando as suas comunicações com o exterior, passando-se assim o resto da noite.

O Dia Seguinte

Antes do amanhecer da 4ª feira dias 23 de Dezembro, Saldanha mandou colocar 4 bocas de fogo no moinho por cima do nicho de Stº António do Varatojo, em posição de bombardearem o Castelo e que estavam operacionais por volta das 10 da manhã.

À 1 hora Saldanha faz um ultimato aos ocupantes do Castelo, dando-lhes uma hora para a rendição. Registou Saldanha que o "Ex.mo general Valdez [Conde de Bonfim, de seu nome Travassos Valdez] respondeu-me que a maneira valorosa com que a gente do seu commando se tinha conduzido, merecia sahir com as honras militares, ficando os officiaes com as suas bagagens, e os soldados com as suas mochilas, o que concedi e ao meio dia depuseram as armas [muitos acabaram degredados para África]".

Uma das primeiras medidas tomadas por Saldanha, após a rendição do castelo, foi visitar Mouzinho, o que fez por volta do meio-dia e meia hora.

Perante a gravidade do estado de saúde de Mouzinho, Saldanha ordenou que ele fosse levado para a vila, para a casa que lhe tinha servido de quartel antes da Batalha, a casa da família Bastos situada no Largo frente à Igreja de S. Pedro.

Consciente, Mouzinho de Albuquerque agonizou vários dias, acabando por falecer às 7 horas da tarde do dia 27 de Dezembro, Domingo, pouco mais de uma semana depois de ter entrado em Torres Vedras.

"Foi vestido como tinha entrado na acção, sem divisas militares nem distinctos de honra; o seu caixão foi levado por pobres e a chave pelo seu criado"[24], sendo sepultado na Igreja

de S. Pedro.

Baixas da Batalha

Mouzinho não foi a única baixa da batalha.
Aliás, o número exacto de baixas na Batalha de Torres Vedras ainda hoje é uma incógnita.

No seu relatório, Saldanha indica que entre as suas tropas se registaram 57 homens e 16 cavalos mortos, 316 homens e 26 cavalos feridos e 13 homens e 5 cavalos desaparecidos.

José Eduardo César estima que as perdas foram mais do triplo das referidas por Saldanha.

Segundo Bonfim, as perdas das suas tropas estimavam-se entre 200 a 240 prisioneiros e cem mortos e feridos, enquanto estimava que entre as tropas de Saldanha tinham sido feitos mais de cem prisioneiros e 600 a 800 baixas, entre mortos e feridos.

Nas suas Memórias o Marquês de Fronteira indica que o exército governamental "teve 7 oficiais e 43 praças mortos e 2 oficiais e 297 praças feridos", desconhecendo o número de baixas rebeldes.

No Hospital da Misericórdia de Torres Vedras deram entrada, no dia 22, mais de 300 feridos. Destes, a maioria foi evacuada para o Hospital de Runa, ficando apenas 33 feridos graves, dos quais vieram a falecer 12[25].

Torres Vedras depois da Batalha

No dia 24 de Dezembro Saldanha chamou à sua presença Francisco Tavares de Medeiros que era o presidente da Câmara em funções desde 25 de Maio, e João Ferreira Rijo, administrador interino, para, verbalmente, lhes ordenar "a prompta execussão de serviços próprios da competência da Câmara (…) conforme com as ordens de Sua Majestade já determinada pelo Decreto de doze de Outubro último, para que as Câmaras que servião àquelle tempo do pronunciamento, tornassem a entrar no exercício das suas funções, e porque não era possível deixar paralisar o andamento dos negócios do Município, havendo requerimento de urgência a deferir, e mais trabalho da competência da mesma Câmara (...)"[26].

A Câmara, que não se reunia desde o dia 16 de Dezembro, voltou a reunir-se no dia 11 de Janeiro de 1847, sob a presidência de Francisco Tavares de Medeiros, não só para tomar conhecimento daquela decisão, mas também para retomar a posse da Câmara "cabralista".

Conclusão

Para Oliveira Martins o "resultado da vitória era nenhum, porque, passada a primeira impressão, a revolta, generalizada a todo o Reino, em vez de amansar, crescia".

Contudo, a vitória de Torres Vedras "limpara de inimigos o centro do reino"[27].
"A vitória inspirou" à rainha " alguns dias eufóricos. Felicitou o marechal [Saldanha] e ficou à espera de um desfecho rápido das hostilidades. Mas o mês de Janeiro encheu-a de apreensões. Assistiu à inactividade de Saldanha, à reorganização dos rebeldes e à adesão do general Póvoas, chefe carismático do miguelismo e militar competente, à causa da Junta"[28].

Em Abril Sá da Bandeira, vindo do Porto, desembarca em Lagos e avança até Setúbal que ocupa. O Governo volta a sentir-se ameaçado e a guerra civil mantêm-se num impasse.

Vai ser necessária a intervenção diplomática das potências de então (Inglaterra, Espanha e França) para, após demoradas negociações, se assinar, em 29 de Junho de 1847, a Convenção do Gramido que acabou com essa guerra fratricida.

Basicamente, essa convenção consistiu na aceitação, por ambas as partes, dos 4 pontos do protocolo de Londres de 5 de Junho:

1º – Concessão de uma ampla amnistia;

2º – Revogação de todos os decretos anticonstitucionais publicados desde o 6 de Outubro;

3º – Realização de eleições livres indirectas;

4º – Nomeação de um governo neutro[29].

Aparentemente, com a aceitação dessas condições por ambas as partes, anunciava-se um empate.

Contudo, a acção da rainha e a crescente influência dos "cabrais" acabaram por transformar o fim da guerra civil num novo período de domínio político "cabralista".

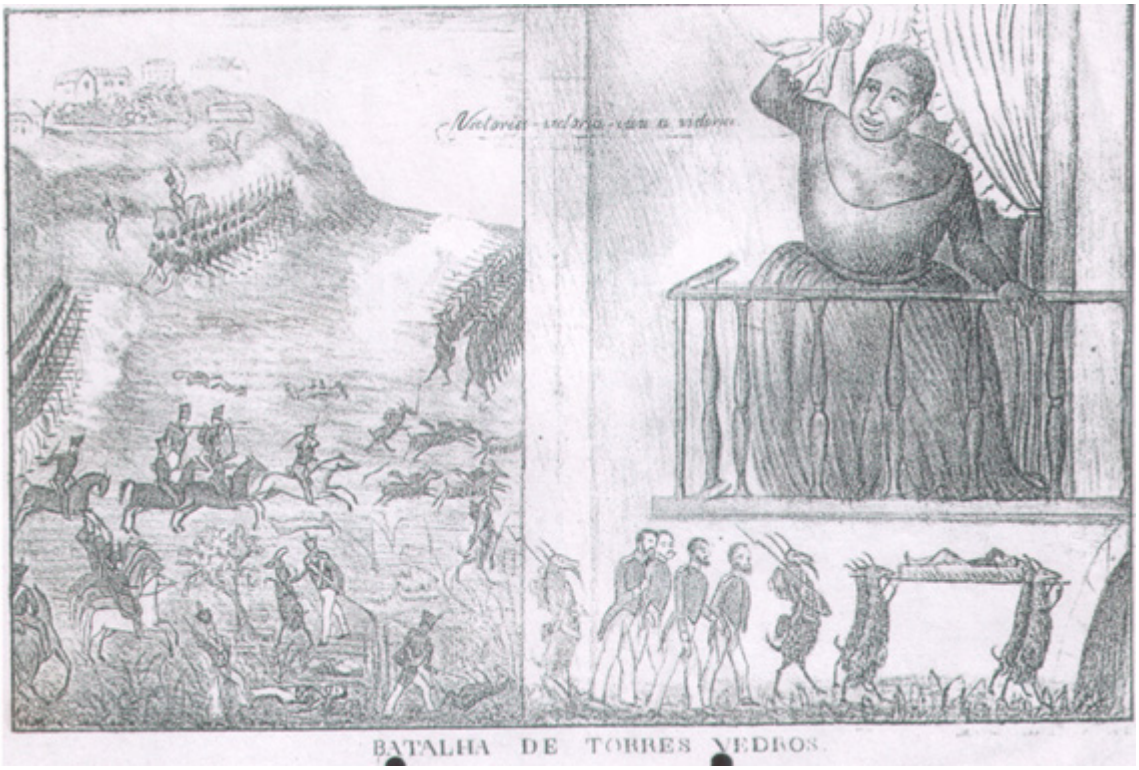
As pretensões apaziguadoras de Saldanha acabaram por falhar, criando-se as condições para que fosse esse mesmo Marechal a dirigir a implantação de um novo regime em 1851, conhecido por "Regeneração".

Com este trabalho esperamos ter conseguido reconstituir, na sua verdadeira dimensão, a Batalha de Torres Vedras, um episódio que marcou fortemente a memória colectiva torriense e um dos períodos mais dramáticos da nossa História, em que a História

Nacional se cruzou com a História Local.

ANEXOS

"**Planta do Campo de Batalha de Torres Vedras**", Arquivo Histórico-Militar
Guia para seguir a descrição da Batalha:
1 - Forte de S. Vicente; 2 - Forte da Forca; 3 - capela de S. João; 4 - Estrada de Runa; 5 - Estrada para o Ramalhal e Caldas; 6 - Ponte "junto à estrada do Ramalhal"; 7 - Castelo de T. Vedras e Igreja de Stª Maria; 8 - Estrada para Mafra; 9 - Encosta do Varatojo; 10 - Capela do Amial; 11 - "Sarges"; 12 - "Fontainhas"; 13 - Ponte do Rei; 14 - "Alpilhão"; 15 - Igreja de S. Pedro; 16 - Hospital da Misericórdia.



"Batalha de Torres Vedros(sic)" Reprodução de uma estampa existente no Arquivo Municipal de Torres Vedras. Sabemos existir uma gravura igual na Biblioteca Nacional de Lisboa. Desconhecemos qual delas é a original. Note-se a figura da rainha, as cabras (os "cabralistas") e a figura por elas transportada numa maca (Mouzinho?). "Quando a rainha soube da morte e aprisionamento dos bravos, saiu às janelas do palácio e como uma bacante gritou para a sua guarda: "Vitória! Vitória! Vitória" (Espectro, citado por Oliveira Martins).

---

* Mestre em História Social Contemporânea pelo ISCTE; Professor da Escola Secundária C/3º Ciclo de Henriques Nogueira - Torres Vedras; Investigador de História Local.

1 BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *História da Guerra Civil da Patuleia, 1846-1847*, ed. Estampa, 1993, pág.22.

2 BONIFÁCIO, ob. Cit., p. 16

3 BONIFÁCIO, ob. Cit., p. 137.

4 BONIFÁCIO, ob. Cit., p. 37.

5 Livros de Acórdãos da Câmara, nº28 (1842-1856), sessão de 25 de Maio de 1846, Arquivo Histórico Municipal de Torres Vedras (AHMTV).

6 BONIFÁCIO, ob. Cit., p. 40.

7 Livros de Acórdãos da Câmara, nº28 (1842-1856), sessão de 28 de Novembro de 1846, (AHMTV).

8 MARTINS, Oliveira, Portugal Contemporâneo, 2º Volume, col. Livros de bolso Europa-América, nº318, ed. Publicações Europa-América, s/d, pág.170.

9 BONIFÁCIO, ob. Cit., p. 44.
10 Descrição manuscrita da Batalha de Torres Vedras, presumivelmente da autoria de José Eduardo César (AHMTV).
11 "Relato da morte de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque por seu filho José Diogo Mouzinho de Albuquerque" in PINHEIRO, Magda, Luís Mouzinho de Albuquerque - um intelectual na revolução, ed. Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey, 1992, pp.223 a 241.
12 Descrição manuscrita da Batalha de Torres Vedras, presumivelmente da autoria de José Eduardo César (AHMTV).
13 "Relato da morte de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque por seu filho José Diogo Mouzinho de Albuquerque" in PINHEIRO, ob. Cit., pp.223 a 241.
14 Descrição manuscrita da Batalha de Torres Vedras, presumivelmente da autoria de José Eduardo César (AHMTV).
15 "Relato da morte de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque por seu filho José Diogo Mouzinho de Albuquerque" in PINHEIRO, ob. Cit., pp.223 a 241.
16 "Relato da morte de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque por seu filho José Diogo Mouzinho de Albuquerque" in PINHEIRO, ob. Cit., pp.223 a 241.
17 Descrição manuscrita da Batalha de Torres Vedras, presumivelmente da autoria de José Eduardo César (AHMTV).
18 "Relato da morte de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque por seu filho José Diogo Mouzinho de Albuquerque" in PINHEIRO, ob. Cit., pp.223 a 241.
19 SALDANHA, Duque de, Supplemento ao nº 304 do "Diário do Governo de 25 de Dezembro de 1846" (relatório oficial, da autoria do Duque de Saldanha sobre a Batalha de Torres Vedras. O exemplar existente no Arquivo Municipal de Torres Vedras está anotado à mão pelo mesmo autor da descrição manuscrita referida).
20 "relatório Bonfim" in PINHEIRO, ob.cit.
21 "relatório Bonfim" in PINHEIRO, ob.cit.
22 Descrição manuscrita da Batalha de Torres Vedras, presumivelmente da autoria de José Eduardo César (AHMTV).
23 "Relato da morte de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque por seu filho José Diogo Mouzinho de Albuquerque" in PINHEIRO, ob. Cit., pp.223 a 241.
24 "Relato da morte de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque por seu filho José Diogo Mouzinho de Albuquerque" in PINHEIRO, ob. Cit., pp.223 a 241.
25 Documento referente à relação de praças de pré entradas e saídas no Hospital da Misericórdia, durante a Batalha de Torres Vedras, em 22 de Dezembro de 1846", (AHMTV).
26 Livros de Acórdãos da Câmara, nº28 (1842-1856), sessão de 11 de Janeiro de 1847, (AHMTV).
27 MARTINS, Oliveira, Portugal Contemporâneo, 2º Volume, col. Livros de bolso Europa-América, nº318, ed. Publicações Europa-América, s/d, págs.183 e 184.
28 BONIFÁCIO, ob. Cit., pág. 48.
29 BONIFÁCIO, ob. Cit., pág. 88.